

Balanco de três anos

► Na sua primeira entrevista desde que deixou o Governo e a pasta dos media, **Nuno Morais Sarmento** faz o balanço e revela que valeu a pena, garantindo ter provado ser possível mudar uma área tão relevante como a da **comunicação social**.

ENTREVISTA

Nuno Morais Sarmento, AVOGADO E ANTIGO MINISTRO DA PRESIDÊNCIA

“Indecisão na Lusomundo é insuportável para todos”

Quando regressa à sua actividade de advogado, o ministro que teve a tutela dos media fala do passado recente, do presente e do seu futuro no escritório de Júdice



DN José Carlos Carvalho

MINISTRO. Morais Sarmento recorda que o seu primeiro objectivo foi contrariar a ideia de que não era possível mudar a área da comunicação

■ PAULA BRITO

O que é que já não teve tempo de fazer na sua acção enquanto ministro com a tutela da comunicação social?

O que quer que tenha faltado fazer continua a faltar, porque nada se passou. Acho que a matriz que foi introduzida e não qual acredito já não é reversível. O que tentei fazer, em primeiro lugar, foi contrariar a ideia de que era impossível mudar e corrigir o que estava mal numa área tão decisiva para o futuro como o da comunicação. Nas sociedades modernas esta é uma área cada vez mais central, decisiva e estruturante da realidade. Quando fala-

mos em media estamos a falar em telecomunicações e sociedade de informação e estas duas realidades que se cruzam estavam numa situação particularmente atrasada quanto à eficiência, concorrência, mercado, e relações entre universos públicos e privados.

A RTP foi o ponto de partida?

A RTP, um dos casos paradigmáticos daquilo que se considerava uma situação perdida e irreversivelmente degradada na esfera pública, foi o ponto de partida para intervir num universo mais alargado como o das relações dos media. Este é hoje um sector diferente on-

de se provou ser possível construir uma realidade mais aberta, independente e descomplexada nas relações entre os grupos, entre o mercado e as entidades reguladoras e entre o legislador e o operador. Era importante quebrar esse tabu.

Mas faltou a concretização da nova Entidade Reguladora?

É uma das peças fundamentais. Estava aí acordada uma matriz com os responsáveis da área política que agora são Governo. Enquanto responsável governativo, nas questões fundamentais, nunca fiz a definição de nada sem procurar o conhecimento e o acordo dos princi-

pais responsáveis políticos. Acho que este espírito se deveria manter, sobretudo porque a matriz que foi definida é a correcta.

Que definição tem essa matriz?

É uma matriz de independência no sentido de não interferência e confusão excessiva no papel de cada um. Foi isso que procurei nas intervenções legislativas, na lei da televisão, na publicidade, nas relações entre a televisão pública e privadas, entre media nacionais e media locais, entre televisões e imprensa escrita, entre poder político e os media. Agora posso dizer sem nenhum problema que, enquanto res-

ponsável por este sector durante três anos, penso que falei uma vez, cinco minutos, com o director do *Expresso*. Nunca falei, sem ser em ocasiões sociais, com o director do *Público*, do *Correio da Manhã* ou do *Diário de Notícias*. Tirando uma apresentação de cumprimentos, nunca falei com o director de informação da RTP, da RDP, da SIC ou da TVI. Acho que era preciso ter uma intervenção deste tipo.

Que balanço faz então da sua acção e como olha, agora na “oposição”, para o trabalho do actual Governo?

Acho que tem de haver da minha parte... não é uma questão de período de nojo, mas um esclarecimento objectivo. Quando aqueles que têm responsabilidades numa área deixam de as ter há uma marca subjectiva humana muito forte no comentário a essas áreas. Fazem-se muitas comparações entre o que está a ser feito e o que se faria ou gostaria de se fazer. Devemos aguardar o tempo necessário a uma leitura mais objectiva da realidade e, portanto, não tenho feito comentários. Mas tenho seguramente opinião.

Acha que o actual ministro da tutela, Augusto Santos Silva, tem dado seguimento à estratégia que o anterior ministro deixou definida?

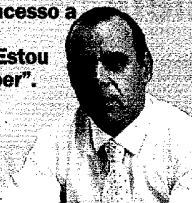
Até agora nada se passou de fundamental ou relevante. Existem muitos projectos – eu próprio aproveitei alguns –, mas até agora nada aconteceu, pelo que não posso comentar. Mas também não houve tempo e é preciso dar tempo às coisas. Se a ausência de intervenção quer dizer que há uma intenção... Apesar de tudo é evidente em algumas áreas, como é o caso da televisão pública, dos universos da RTP, RDP e Lusa. Acho que há a procura de aproveitar e respeitar um percurso que está a dar resultados. **Refere-se à manutenção da administração de Almerindo Marques na RTP?** Não é tanto a administração, mas o projecto, porque a administração, tanto ou mais do que eu, é responsável pelos resultados obtidos. De facto, seria, no mínimo, difícil de compreender, numa área em que o poder político souou insucessos com muitas intervenções negativas com altíssimos custos para o País, que a situação fosse agora revertida, agredida ou desfeita. Isto para dizer que a ausência de intervenção no sentido de nada se passar, nalguns casos, corresponde a uma opção muito louvável de não prejudicar áreas, aspectos ou questões em que se conseguiram resultados. Isso revela lucidez e até coragem política. E em relação à Entidade Reguladora, não inventámos o que já estava inventado, não começamos o que já tinha passos definidos e muito importantes. Fomos mais um elemento num processo muito maior do que nós. Coube-nos cumprir uma etapa.

Que comentário lhe merece o negócio

Uma matriz irreversível

► "A matriz introduzida [no sector dos media] não é reversível", defende o antigo ministro da tutela, que considera que o actual Governo tem tido **lucidez** e até **coragem política** de manter, por exemplo, a administração da RTP, RDP e Lusa.

Se agora for mais 'cabeça-de-cartaz' do que antes e isso permitir ter acesso a novos clientes e a novas situações, tanto melhor. Estou aqui pronto para os receber".



NUNO MORAIS SARMIENTO,
ADVOGADO DA PLMJ

150

São mais de 150 os advogados que trabalham no escritório PLMJ, um dos maiores de Lisboa.

de venda da Lusomundo Media que se iniciou durante um período de vazio político, segundo apreciação da Alta Autoridade para a Comunicação Social? Não vou falar sobre esse negócio em concreto até porque é um processo que está ainda em apreciação. Acho, contudo, que está em apreciação há tempo demais e a realidade desta área não se compadece com calendários de decisão de quase seis meses ou um ano. Esta indefinição é insuportável para as empresas, para o sector e para os meios de comunicação social envolvidos. As coisas têm de ter outro ritmo de decisão por parte das entidades intervenientes, sejam Governos, entidades reguladoras do sector ou entidades da concorrência. Acho que é insuportável o prolongamento destas indecisões, pois não é esse o ritmo da vida.

“ Não é suportável para o sector o atraso de uma decisão final [sobre a venda da Lusomundo], e principalmente parece-me causar um prejuízo evidente aos meios envolvidos.”

“Precisamos de grupos de media fortes em Portugal, de grupos nacionais e não de estrangeiros.”

Ao fim de três anos, como avalla o panorama dos media em Portugal? Há que ter uma visão descomplexada do ponto de vista político: precisamos de grupos de media fortes em Portugal, de grupos nacionais e não de estrangeiros, de grupos de media com a dimensão e a força mínima para sobreviverem num mercado de competição à escala europeia e global e não num mercado fechado em termos nacionais. Muitos dos nossos grupos de media não têm essa capacidade.

Que modelo defende, então, para o mercado nacional? Eu procurei defender, na medida em que podia e devia fazê-lo, a televisão pública, como tentei defender as televisões privadas e ajudá-las naquilo que podia. Muitos dos grupos nacionais não têm dimensão, significando isto que há um processo natural de ajustamento, pois trata-se de uma área há muito estagnada. Agora, se por causa de receios de concentração em termos nacionais não dermos condições de afirmação aos grupos portugueses e o resultado for facilitar

a entrada de grupos muito maiores, com problemas de concentração muito maiores, com problemas de desidentificação de modelo cultural muito mais graves para o País, parece-me bem pior. É normal e importante que as entidades públicas aceitem este sector que, sendo diferente, funciona de acordo com as regras de outros mercados, estando aberto também à concorrência internacional. O poder político tem de aceitar com naturalidade os dois tipos de movimentos: há áreas em que existe concentração e áreas onde tem de haver desconcentração. Por um lado, o pluralismo, pois é no pluralismo dos media que se garante a liberdade individual; por outro, o mercado aberto...

Com o argumento do pluralismo o Governo está a preparar uma lei de concentração que parece não ponderar este aspecto do negócio. Concorda? Não conheço o negócio em concreto, mas acho que este aspecto deve ser ponderado seriamente pelas entidades que têm responsabilidades de decisão, não devendo ser uma decisão marcada por modelos ou paradigmas políticos próprios de sociedades ultrapassadas. Temos de aguardar, mas uma coisa é certa: não é suportável para o sector o atraso de uma decisão final e, principalmente, parece-me causar um prejuízo evidente aos meios envolvidos.

No seu programa, o Governo falava em rever o modelo da 2., mas não especifica, sendo que há ali margem para pensar que se pode colocar de novo o canal na esfera da RTP ou dá-lo em concessão. O que lhe parece?

Não vou comentar, até porque a diferença entre as promessas e ementas eleitorais dos partidos e a actuação dos Governos, graças a Deus, é muito grande.

Mas durante o seu mandato falou-se nestas hipóteses...

Falava-se, mas o ministro nunca falou. Um país como Portugal, que tem a exposição e a fragilidade que tem aos canais de Espanha, abdicar de um meio com a importância da televisão não seria responsável. Acho-o hoje, achei-o desde o primeiro dia. Temos oito séculos de história, mas temos a fragilidade cultural evidente de seis anos de telenovelas brasileiras no nosso léxico. É preciso pensar muito bem quando estamos a ponderar a hipótese de perder algo tão importante como a televisão.

Deixou definitivamente a vida política? Não posso dizer isso. A política como intervenção cívica ou politico-partidária cruza-se com a minha vida há 25 anos. Coisa diferente é a política como exercício de cargos públicos. Nunca o tinha aceite ou desejado, tendo estes três anos sido uma excepção que não vejo que se possam repetir. Foi uma acção por razões do momento e de um apelo que me foi feito.

“Volto à advocacia mais completo e rico”

■ P.B.
É o regresso à advocacia, ao escritório PLMJ, depois de três anos no palco mediático da política. Que balanço faz deste início de uma nova etapa?

É um balanço que se vai fazendo todos os dias. Era advogado desta casa e a esta casa volto. Não tinha nenhuma garantia de que assim fosse. Acho que esses três anos me permitem agora, como advogado, para além de alguns diferenciais óbvios – conhecimentos, relações que se estabelecem, a possibilidade, porventura, de ter uma intervenção diferente daquela que tinha –, ter a percepção de como funciona a máquina do Estado, nas suas eficiências e deficiências, nas suas forças e nas suas fraquezas e, portanto, poder ter, na defesa dos interesses dos meus clientes, uma integração mais eficiente. Ao mesmo tempo sou agora uma pessoa mais completa, mais rica, mais capaz de compreender, mais humilde e mais tolerante comigo e com os outros.

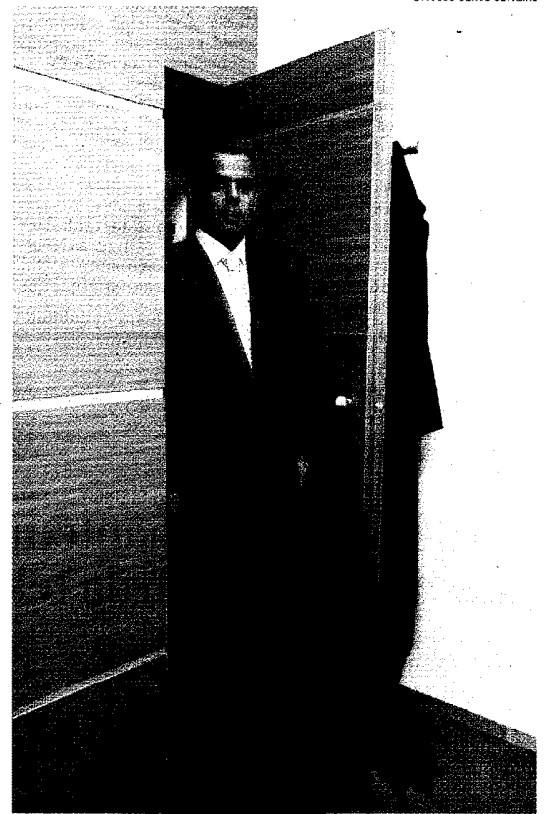
Como vai ser integrar a equipa de José Miguel Júdice na área de Contencioso/Arbitral?

Não me sinto como um reforço de uma equipa. Eu é que tenho a sorte de voltar a esta casa. Fala-se muito do dr. Miguel Júdice, meu grande amigo e por quem vim, mas nesta casa são mais de 150 advogados, mais de 400 pessoas a trabalhar aqui todos os dias. Tenho um enorme respeito pelo percurso deste colectivo com marcas muito precisas e fundamentais como a independência, numa altura em que vemos muitos escritórios num processo de integração com os estrangeiros, e um crescimento orgânico. É neste contexto que volta para...

...Para o contencioso e arbitragem, com uma ligação forte a nível comercial. José Miguel Júdice também voltou, somos mais dois elementos de regresso a uma área que tem mais 24 advogados em full time não contando com o contencioso legal, fiscal, administrativo, comunitário. É uma equipa muito forte e com muita experiência, com advogados, nalguns casos, novos, mas já muito rodados. De volta ao contencioso com a dúvida de saber se sou capaz.

Nesta altura da vida ainda tem muitas dúvidas?

Pode parecer estranho, mas na vida tenho-as sempre em cada coisa que faço. Já me habituei a ser assim. Quando fui exercer funções públicas foi assim, voltando à advocacia sinto o mesmo. Como vai



ADVOGADO. No regresso, com a mesma dúvida: “Vou ser capaz?”

ser? Vou ser capaz? Estarei à altura?

Não se sente “cabeça-de-cartaz” de um escritório que tem uma noção cada vez maior do seu marketing?

Se assim for acho fantástico. Se agora for mais “cabeça-de-cartaz” do que era antes e isso permitir ter acesso a novos clientes e a novas situações, tanto melhor. Estou aqui pronto para os receber. No entanto, este escritório, que não é feito de “cabeças-de-cartaz”, tem mais de 20 sócios e você conhecerá de nome ou projecção pública dois ou três deles. Já no universo da advocacia, muitos outros foram-se afirmando e são muito conhecidos e respeitados. E porque também nunca foi dependente das relações pessoais e de figuras públicas, a força deste escritório fez-se nos clientes internacionais e nas médias e pequenas empresas portuguesas e não nas grandes empresas públicas ou semi-públicas.

Podemos ver brevemente Nuno Morais Sarmiento na barra do Tribunal a defender a sua carteira de clientes?

Isso com certeza, na barra do tribunal e não no back office, nas arbitragens... O estado da nossa Justiça leva a que – outra lição destes três anos – venha a encontrar muitos processos de contencioso e muitas arbitragens no ponto em que as deixe.

O facto de ter estado do lado do Governo, das instituições, dá-lhe alguma preparação suplementar para os processos em que pega agora?

Dá, desde logo, porque muita coisa mudou no Processo Civil nestes últimos quatro anos. Como tinha responsabilidades no processo legislativo conheço os pressupostos dessas alterações como poucos. Foi essa percepção mais completa das relações com o Estado, e não só entre interesses privados, que me deu uma melhor preparação para o exercício da advocacia.